

16. PROJETO DE LICENCIAMENTO E PROJETO DE EXECUÇÃO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA:

Da **Divisão de Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico**, submetendo à consideração do Executivo Municipal o projeto de licenciamento e projeto de execução referente à obra de requalificação e ampliação do Mercado Municipal de Braga.

Mercado Municipal

Projecto de Arquitectura

– LICENCIAMENTO

Processo n.º: E/2721/DAC/17
E/2722/DAC/17

Local da Obra: PRAÇA DO COMÉRCIO
EDIF. MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA

Freguesia: S. VICENTE

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
Endereço: PRAÇA DO MUNICÍPIO
4700-435 BRAGA

INFORMAÇÃO: I/52/DCH/2017

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO / ENQUADRAMENTO LEGAL:

1.1 Através dos registos nº E/2721/DAC/2017 e E/2722/DAC de 13.04.2017, as empresas Gavetas da Cidade e BO Associados, apresentam no âmbito do contrato de prestação de serviços, o **Projeto de Licenciamento e Projeto de Execução**, referente a Obra de **Requalificação e Ampliação do Mercado Municipal de Braga**.

1.2 O projeto de Requalificação e Ampliação do Mercado Municipal de Braga, incide sobre operação urbanística promovida pelo município, e em consequência isenta de controlo prévio por se enquadrar no artigo 7.º, n.º1, alínea a), do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação ("As operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais e suas associações em área abrangida plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território;").

1.3 O projeto de arquitetura prevê a requalificação e ampliação do edifício do Mercado Municipal de Braga, tendo por objetivo o melhoramento das condições de utilização dos comerciantes e público em geral, bem como a polivalência de utilização.

A intervenção proposta propõe a execução de cobertura sobre o pátio interior, a reorganização interior e consequente reformulação funcional.

É ainda proposta a demolição das estruturas em ferro existentes no pátio interior.

1.4 Além da referida norma do RJUE a presente operação urbanística deve ainda ter presente as restantes normas do artigo 7.º, infratranscritas:

" 5 - As operações de loteamento e as obras de urbanização promovidas pelas autarquias locais e suas associações ou pelo Estado, em área não abrangida por plano de urbanização ou plano de pormenor, são submetidas a discussão pública, nos termos estabelecidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, com as necessárias adaptações, exceto no que se refere aos períodos de anúncio e de duração da discussão pública que são, respetivamente, de 8 e de 15 dias.

6 - A realização das operações urbanísticas previstas neste artigo deve observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção.

7 - À realização das operações urbanísticas previstas no presente artigo aplica-se o disposto no presente diploma no que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas e ao pagamento de taxas urbanísticas, o qual deve ser realizado por autoliquidação antes do início da obra, nos termos previstos nos regulamentos municipais referidos no artigo 3.º.

8 - As operações urbanísticas previstas no presente artigo só podem iniciar-se depois de emitidos os pareceres ou autorizações referidos no presente artigo ou após o decurso dos prazos fixados para a respetiva emissão.

9 - Até cinco dias antes do início das obras que estejam isentas de controlo prévio, nos termos do presente artigo, o interessado deve notificar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, para efeitos de eventual fiscalização e de operações de gestão de resíduos de construção e demolição. "

1.5 A Estimativa Orçamental para a execução da obra de requalificação e Ampliação do Edifício é de **4.539.462 Euros**.



BRAGA
Município

DMUOP-DGU-Divisão de Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

Processo n.º: **E/2721/DAC/17**
E/2722/DAC/17

Local da Obra: PRAÇA DO COMÉRCIO
EDIF. MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA

Freguesia: S. VICENTE

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
Endereço: PRAÇA DO MUNICÍPIO
4700-435 BRAGA

2. ANTECEDENTES:

E/4748/BU/20016

Estudo Prévio, aprovado por despacho do Sr. Vereador Prof. Miguel Bandeira de 24.08.2016, e comunicado através do Of. Nº S/193/APROV/2016 de 19.09.2016.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1 A obra está implantada em Espaço Central, UOPG 14, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º11741/2015, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º201, de 14 de outubro.

3.1.2 A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica, tendo sido prestada informação de salvaguarda de património arqueológico em 12.05.2017.

3.1.3 A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.4 A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana, conforme Aviso nº 259/2012, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 6, de 9 de janeiro.

3.2. Instrução do Processo:

O pedido está instruído com o projeto de arquitetura e os correspondentes projetos de engenharias de especialidades.

3.3. Pareceres das entidades externas ao município:

Atendendo a operação urbanística em causa, foram realizadas as seguintes consultas externas:

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Norte

Of. Nº S/3390/DMUOPSA/2017 de 21.04.2017

Unidade de Saúde Pública de Braga

Of. Nº S/3392/DMUOPSA/2017 de 21.04.2017

AGERE

Of. Nº S/3384/DMUOPSA/2017 de 21.04.2017

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil (*)

Direção Geral de Energia e Geologia (*)

(*) – Entidades consultadas diretamente pela equipa de Projeto, conforme comprovativos de entrega anexos ao processo

O processo aguarda resposta das entidades consultadas.



BRAGA
Município

DMUOP-DGU-Divisão de Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

Processo n.º: **E/2721/DAC/17**
E/2722/DAC/17

Local da Obra: PRAÇA DO COMÉRCIO
EDIF. MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA

Freguesia: S. VICENTE

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
Endereço: PRAÇA DO MUNICÍPIO
4700-435 BRAGA

4. OUTROS DIPLOMAS APLICÁVEIS:

4.1 A exploração do mercado municipal e seu funcionamento, deverá observar as normas e regras definidas na Subsecção V do Decreto-Lei n.º10/2015, de 16 de janeiro;

4.2 Os futuros titulares de exploração dos estabelecimentos comerciais, serviços e restauração e bebidas, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º10/2015, de 16 de janeiro, diploma que aprovou o *regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração* (RJACSR), tem de efetuar a **Mera Comunicação Prévia** de instalação, devendo para o efeito ser desencadeado o procedimento necessário à concessão do correspondente alvará de autorização de utilização dos espaços a concessionar, após conclusão da obra e antes da sua abertura ao público. Deve ser desencadeado igual procedimento à concessão do referido título, para atividades cujo funcionamento esteja sujeito à aplicação de regimes jurídicos específicos, onde seja obrigatório o seu licenciamento em articulação com o RJUE;

4.3 As atividades de feiras, venda ambulante e prestação de serviços de restauração e bebidas de caráter não sedentário, têm de sujeitar-se às disposições do Código Regulamentar do Município de Braga, bem como as normas e regras definidas na Subsecção VI do Decreto-Lei n.º10/2015, de 16 de janeiro;

4.4 Em obra tem de ser respeitados os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuado e mantido o registo de dados dos RCD, de acordo com o modelo constante no anexo II desse diploma.

5. RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO:

5.1 A declaração de responsabilidade do autor do projeto, nos termos do n.º8 do artigo 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

5.2 O plano de acessibilidades com representação da rede de espaços e equipamentos acessíveis está acompanhado de termo de responsabilidade do respetivo autor que atesta que a execução da *operação urbanística* se conforma com o Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de agosto, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que é igualmente dispensada a sua apreciação prévia conforme artigo 3.º, n.º2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 9 de setembro.



BRAGA
Município

DMUOP-DGU-Divisão de Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

Processo n.º:

E/2721/DAC/17 2017
E/2722/DAC/17

Local da Obra: PRAÇA DO COMÉRCIO
EDIF. MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA

Freguesia: S. VICENTE

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Endereço: PRAÇA DO MUNICÍPIO
4700-435 BRAGA

6. PROPOSTA DE DECISÃO:

A intervenção proposta, cumpre na generalidade a intenção municipal subjacente à requalificação do edifício. Neste contexto, julgo que o presente projeto poderá merecer aprovação, condicionada, ao teor favorável dos pareceres vinculativos das entidades consultadas.

Remete-se para consideração superior.

O técnico superior da Divisão de Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

(Sérgio Carvalho)

Data: 12-05-2017

Sérgio Carvalho

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respetivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

*Concordo com o teor do informe que antecede, dando
após informe superior e despacho, encerrar o processo
para conclusões e decisão do reunião de Câmara.*

Até Sr. D. N. 01 12/V/17

*Concordo. Ao Vereador do Urbanismo para o efeito superior
indicado.*

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith
Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

12 MAIO 2017

*Concordo, para aprovação
muito*

15 V 2017

Município de Braga,

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,

Miguel de Melo Bandeira
Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Página 4 de 4